

## A dinâmica do crédito privado

### ARTIGO

Roberto Luis Troster

Economista

E-mail: robertotroster@uol.com.br

O quadro macroeconômico no ano passado foi favorável ao crédito: o crescimento do PIB, a queda do desemprego e das taxas de juros e o Programa Desenrola foram fatores positivos para uma expansão do crédito e uma diminuição da inadimplência. Todavia, o esperado não ocorreu: a relação crédito bancário/PIB ficou estagnada e os números de recuperações judiciais, de falências e de pessoas físicas e jurídicas negativadas aumentaram.

O valor total das dívidas negativadas cresceu mais do que o crédito do Sistema Financeiro Nacional. O quadro foi semelhante ao de 2022. Embora algumas empresas e cidadãos tenham melhorado, na média o quadro é ruim e no agregado a dinâmica do endividamento do setor não financeiro está se deteriorando.

Perdem todos: cidadãos, empresas, bancos, o governo e o Brasil. Não é sustentável. Há dois cenários possíveis. O primeiro é um processo de desalavancagem, demorado (anos) e doloroso (um crescimento anêmico). É insistir em mais do mesmo. O outro é uma mudança dessa dinâmica, fazendo duas correções que só dependem do Poder Executivo.

### Urge modernizar o paradigma de intermediação e acabar com a autofagia fiscal

A primeira é mudar o paradigma vigente da intermediação. Leia-se: remover o entulho inflacionário e aprimorar a normatização da precificação do crédito, da transparência, da Lei 14.181, da responsabiliza-

ção de gestores, dos birôs de crédito e da alocação de limites e mudar a tributação da intermediação.

A outra correção é reduzir a voracidade na cobrança de dívidas fiscais. É uma autofagia fiscal que enfraquece a saúde financeira da economia e a capacidade de crescer do País. É fato: o total de dívidas negativadas na Serasa é de R\$ 493 bilhões – incluindo sistema financeiro, varejo, serviços e utilidades, equivale a um décimo das dívidas executadas pelo Fisco, que são de R\$ 5.057 bilhões.

A maioria não são nem de “maus pagadores” nem sonegadores. Estão na armadilha da dívida e não conseguem sair dela. Problemas de liquidez temporários viram dívidas fiscais impagáveis. Multas

de 232,8% ao ano (0,33% ao dia), ao que deve adicionar-se a correção pela Selic, erroneamente chamada de correção monetária.

Há uma interpretação equivocada da Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne à renúncia de receitas e da dinâmica da arrecadação. É paradoxal, mas se aplicassem multas mais razoáveis e a correção monetária no lugar da correção pela Selic, arrecadariam mais com impactos positivos na inadimplência e no crescimento. Urge modernizar o paradigma de intermediação e acabar com a autofagia fiscal. O Brasil tem pressa de crescer. ●

CELSONO MING NÃO ESCREVE EXCEPCIONALMENTE HOJE

### Inadimplência Renegociação

## Fazenda volta a prorrogar a vigência do Desenrola; prazo agora vai até maio

É a segunda extensão de prazo do programa, e a prorrogação vai valer só para a faixa 1, de quem ganha até 2 salários mínimos

MARIANA CARNEIRO  
BIANCA LIMA  
BRASÍLIA

O governo decidiu prorrogar até 20 de maio a vigência do Desenrola Brasil, o programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas inadimplentes. Trata-se da segunda extensão de prazo: inicialmente, as renegociações estavam previstas para acabar em dezembro, e já haviam sido estendidas até 31 de março.

A nova prorrogação do Desenrola será formalizada por meio de uma medida provisória que será publicada no Diário Oficial da União hoje. Da primeira vez que o prazo foi estendido, em dezembro, o motivo havia sido a baixa adesão dos endividados ao programa.

O motivo da nova extensão, agora, é outro. Segundo apurou o Estadão, as renegociações ganharam impulso após a integração do Desenrola com as plataformas bancárias, e o governo quer aproveitar o movimento. Isso foi possível graças a uma portaria do Ministério da Fazenda, de janeiro, per-

mitindo a interligação do sistema com os aplicativos e sites dos bancos. Antes, o acesso era restrito ao gov.br.

O que vem puxando as renegociações são os aplicativos da Serasa (chamado Limpa Nome) e da Caixa Econômica Federal (o Caixa Tem, usado para o pagamento de benefícios sociais). Cerca de metade do volume diário de negociações hoje é feita por meio de canais parceiros.

E também, em menor grau, se deve à possibilidade de se renegociar os débitos de forma presencial nas mais de 6 mil agên-

operações contam com o aval do Fundo de Garantia das Operações (FGO) – ou seja, com garantia do Tesouro Nacional. Não serão aceitas dívidas novas, apenas as que já constam da plataforma (contratadas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022), e o valor dos débitos será atualizado pela inflação.

A trava para a inclusão de novas dívidas tem sido, desde o início da vigência do programa, uma das exigências das instituições financeiras, sob pena de reduzir a potência da renegociação. O Desenrola foi lançado em julho do ano passado. A expectativa da Fazenda era renegociar cerca de R\$ 75 bilhões de 70 milhões de pessoas com o nome sujo. Os últimos números, porém, apontam cifras mais tímidas: cerca de R\$ 50 bilhões renegociados por 14 milhões de pessoas.

Pelo programa, o governo realiza leilões para obter os maiores descontos possíveis nos débitos, que podem ser pagos à vista ou parcelados em até 60 meses, com juro máximo de 1,99% ao mês. Os descontos, em média, são de 83%, mas chegam a 96%.

Além das dívidas bancárias, também estão incluídas as contas atrasadas de outros setores, como estabelecimentos de ensino, energia, água, telefonia e comércio varejista. ●

**Balanço**  
**Programa já renegociou R\$ 50 bi em débitos, abaixo dos R\$ 75 bi projetados pelo governo**

cias dos Correios – o que foi autorizado no início desse mês.

**ACESSO RESTRITO.** A nova prorrogação do Desenrola, da mesma forma como aconteceu em dezembro, será feita por meio de medida provisória e, da mesma forma como aconteceu em dezembro, será válida apenas para a faixa 1 do programa, que atende a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos ou estão inscritos no Cadastro Único de ações sociais do governo federal.

Nesse grupo, são renegociadas dívidas de até R\$ 20 mil, e as

### Trabalho Mercado aquecido

## País cria 306.111 vagas com carteira assinada em fevereiro, diz Caged

GIORDANNA NEVES  
BRASÍLIA

Após a criação de 168.503 vagas em janeiro (dado revisado ontem), o mercado de trabalho formal registrou saldo positivo de 306.111 carteiras assinadas em fevereiro, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho.

O resultado decorreu de 2.249.070 admissões e 1.942.959 demissões, e representa salto de 21,2% em relação a fevereiro do ano passado, quando houve abertura de 252.451 vagas com carteira assinada. Alguns especialistas já afirmaram que o aquecimento do mercado de trabalho pode fazer com que o Banco Central (BC) desacelere o ritmo de corte da taxa básica de juros, a Selic. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, classifica a estratégia como sendo “burra”.

O número de fevereiro veio acima da mediana das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que indicava a abertura de 232,5 mil postos de trabalho.

No acumulado dos dois primeiros meses de 2024, o saldo do Caged já é positivo em 474.614 de vagas. No mesmo período do ano passado, houve criação líquida de 342.509 postos formais.

O saldo de abertura de vagas foi novamente puxado pelo setor de serviços, com a criação de 193.127 postos formais, se-

guido pela indústria geral, que abriu 54.448 vagas. A construção civil gerou 35.053 vagas, enquanto o comércio registrou abertura de 19.724 vagas. Houve ainda saldo 3.759 contratações na agropecuária.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada foi de R\$ 2.082,79, recuo de 2,36%, ou R\$ 50,42, sobre janeiro.

**FORMA 'BURRA'.** O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, avaliou que os dados do Caged ficaram “acima da expectativa”, mas criticou a preocupação expressa pelo BC sobre o crescimento da massa salarial e os

**Salto**  
**Criação de vagas em fevereiro foi 21,2% superior ao verificado no mesmo mês do ano passado**

efeitos na inflação de serviços, que poderiam trazer reflexos no processo de queda de juros. “Está faltando estudar um pouco de fundamentos da economia”, disse Marinho sobre a autoridade monetária.

O ministro disse que existem duas maneiras de controlar a inflação: de uma forma “burra”, por meio do aumento de juros e corte no crédito, e de uma forma “inteligente”, que seria pelo aumento da produção e da oferta. Segundo ele, o BC deve colaborar com a economia por meio da redução dos juros. ●